

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS
HUMANOS



gabinete
paralelo
SP

População em situação de
rua e GCM em foco

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1. DIREITOS HUMANOS	5
1.1 População em situação de rua	6
2. Segurança Pública	9
2.1 Guarda Civil Metropolitana – GCM.....	10

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Nas regiões mais ricas da cidade de São Paulo, a expectativa de vida é 23 anos maior do que nos bairros periféricos. Esta desigualdade é acentuada ainda mais pela pandemia de Covid-19, sendo urgente que a Prefeitura atue pela promoção e proteção dos direitos humanos de toda a população. A ausência de propostas concretas neste sentido no plano de governo de Covas é alarmante, redobrando-se a necessidade de monitoramento, fiscalização e luta por avanços;

- A população em situação de rua é majoritariamente negra e está entre os grupos mais negligenciados e atacados pelos governos do PSDB: dados apontam um crescimento de pelo menos 60% das pessoas nesta situação entre 2015 e 2019. Preocupantemente, enquanto movimentos e organizações atuantes no tema denunciam um expressivo e contínuo crescimento deste grupo, não há dados oficiais sobre os impactos da pandemia sobre esta população;

- Covas executou apenas 7,4% dos recursos previstos para políticas de redução da população em situação de rua nos últimos dois anos. Como se não bastasse tamanha negligência, a Prefeitura tem atacado diretamente esta população, tanto através de ações truculentas e confisco de bens pessoais, quanto através de intervenções urbanas higienistas, segregacionistas e excludentes;

- O programa de governo registrado por Covas para a disputa eleitoral de 2020 confirma a escolha do PSDB por um modelo de segurança pública violento e falho. As poucas propostas concretas apresentadas pelo prefeito são iniciativas que compõem uma aposta perigosa em tecnologias de reconhecimento facial e vigilância, ignorando-se as limitações destas estratégias e o acirramento do racismo;

- Covas também confirma a opção das gestões municipais do PSDB por distanciar cada vez mais a Guarda Civil Metropolitana (GCM) seu objetivo originário de policiamento comunitário, empregando-a no apoio impróprio a operações da Polícia Militar e em ações inadequadas e truculentas contra usuários de drogas e pessoas em situação de rua em plena pandemia. Sob Covas, faltou combustível para viaturas da GCM enquanto o número de balas de borrachas utilizadas pela Guarda na Luz cresceu 457% em dois anos;

- Nosso Gabinete Paralelo está empenhado em fiscalizar as ações da Prefeitura nestas áreas e em formular propostas que atendam às demandas da população em situação de rua e que promovam a GCM como uma alternativa ao policiamento militarizado que tem falhado em promover a segurança em nossa cidade.

1. DIREITOS HUMANOS

O município de São Paulo reflete em suas esquinas o maior problema do Brasil: a desigualdade. Nas regiões mais ricas da cidade, as pessoas chegam a ter uma expectativa de vida 23 anos maior do que nos bairros periféricos¹. Isso se torna ainda mais grave quando consideramos os impactos da pandemia global de Covid-19, que afetou de maneira distinta os diferentes segmentos e classes sociais, acentuando a pobreza e prejudicando o já precário acesso aos direitos humanos.

Nesse contexto, é urgente enfrentar e superar as desigualdades sociais, étnico-raciais, econômicas, ambientais e de gênero e isso só será possível com inversão de prioridades, tendo as periferias no centro do debate e das ações. Para que os Direitos Humanos passem de ideias abstratas e se tornem a realidade da vida cotidiana das pessoas, é preciso que a Prefeitura atue para que a promoção e proteção de direitos alcance toda a cidade.

Em São Paulo, a existência de uma Secretaria específica com este objetivo é recente. Criada em 2013 pelo prefeito Fernando Haddad (PT), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania foi responsável por coordenar e impulsionar importantes programas na cidade como o Transcidadania; promoveu ações voltadas à promoção da memória e verdade; realizou eventos como o Festival de Direitos Humanos; criou importantes equipamentos como o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI); dentre outros.

Na gestão de Dória e Covas (PSDB), a SMDHC foi mantida, mas com algumas mudanças importantes, a começar pela incorporação das agora extintas Secretarias de Mulheres e Igualdade Racial como coordenações da SMDHC. Dentre outras mudanças, destacam-se a extinção das Coordenações de Direito à Cidade e Direito à Memória e à Verdade, a transformação da Coordenação de Educação em Direitos Humanos em um departamento, além da recente criação da Coordenação dos Povos Indígenas.

¹ [Mapa da Desigualdade: morador de Cidade Tiradentes vive em média 23 anos a menos que o de Moema em SP](#) (G1, 2019)

A ausência de propostas concretas para os direitos humanos no plano de governo de Covas reforça a necessidade de redobrar os esforços de monitoramento e fiscalização de sua gestão nesta temática. Como a realidade da vida das pessoas em São Paulo revela, a opção dos governos de Dória e Covas por privilegiar interesses de mercado possui profundos impactos nos direitos humanos da população, afetando sobretudo os públicos prioritários da SMDHC. Do desmonte do programa De Braços Abertos, substituído por ações de repressão² e esforços por internações compulsórias³, à recente suspensão da gratuidade do transporte público para pessoas idosas⁴, sobram exemplos do descaso de Bruno Covas com os direitos humanos da totalidade das pessoas que habitam nossa cidade.

1.1 População em situação de rua

A população em situação de rua está entre os grupos mais negligenciados e atacados pelos governos do PSDB na cidade. De acordo com dados do Censo da População em Situação de Rua de 2019, o número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo aumentou em 60% durante a gestão de João Dória e Bruno Covas, atingindo a marca de mais de 24 mil pessoas⁵. Segundo organizações da sociedade civil e movimentos sociais, este número é ainda maior e próprios dados do Cadastro Único do Governo Federal já indicam um número superior: mais de 33 mil pessoas são identificadas nesta situação na cidade mais rica da América Latina⁶. Enquanto isso, nestas mesmas ruas, milhares de imóveis seguem abandonados.

Vale ressaltar que cerca de 70% da população em situação de rua em São Paulo é negra; e conflitos familiares, dependência química e desemprego estão entre as marcas mais comuns nas trajetórias das pessoas levadas a esta situação⁷. Nacionalmente, dados

² [Sob Covas, uso de balas de borracha pela GCM na Luz \(SP\) cresce 475% em dois anos](#) (Ponte, 2020)

³ [Doria pede à Justiça internação compulsória de usuários de drogas](#) (G1, 2017)

⁴ [Suspensão da gratuidade para idosos de 60 a 65 anos no transporte público da cidade de SP passa a valer a partir de segunda](#) (G1, 2021)

⁵ [Em quatro anos, população de rua cresce 60% e chega a 24 mil em SP](#) (Estadão, 2020)

⁶ [Alta de moradores de rua após pandemia exigirá resposta de prefeito de SP em diversas áreas](#) (Folha, 2020)

⁷ [Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua](#) (Smads, 2019)

apontam que mulheres, apesar de serem menos de 20% da população em situação de rua, representam mais da metade das vítimas dos casos de violência contra este grupo⁸, sendo as negras de 15 a 24 anos os principais alvos⁹. Na cidade, 61% das pessoas LGBTQIA+ em situação de rua já sofreram alguma violência física¹⁰.

Na ausência de políticas públicas adequadas - sobretudo nas áreas de assistência social, saúde, moradia, trabalho e renda - pessoas em situação de rua permanecem em condição de extrema vulnerabilidade. Este quadro foi ainda mais agravado pelo contexto da pandemia de Covid-19 e a atual crise econômica: movimentos e organizações que acompanham esta realidade de perto denunciam um expressivo aumento da quantidade de pessoas nesta situação, com destaque para mulheres e crianças¹¹. Preocupantemente, não há dados oficiais que quantifiquem este fenômeno recente ou que totalizem o número de pessoas em situação de rua que já foram infectadas ou faleceram em decorrência da Covid-19.

Em um cenário tão sensível, é revoltante que, nos dois últimos anos, Bruno Covas tenha executado apenas 7,4% dos recursos previstos para políticas de redução da população em situação de rua: foram utilizados somente 1,6 milhão dos mais de 22 milhões destinados a este objetivo no programa de metas do governo¹². Esta negligência também se materializa na escassez e inadequação de vagas de abrigamento, nas poucas oportunidades de aluguel social e repúblicas, e em terceirizações problemáticas de serviços destinados à população em situação de rua. Ignora-se, por completo, as demandas desta população por autonomia e emancipação, o que inclui tanto o acesso a moradia, quanto o acesso a renda.

⁸ [Minoria na população de rua, mulheres foram vítimas em 51% dos casos de violência contra moradores de rua no Brasil](#) (G1, 2019)

⁹ [Brasil registra mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua em 3 anos](#) (G1, 2019)

¹⁰ [O drama dos LGBTs em situação de rua em São Paulo](#) (Yahoo, 2019)

¹¹ [Mais mulheres e crianças engrossam população de rua, diz padre Julio Lancelotti](#) (CNN, 2021)

¹² [Prefeitura de SP gastou 7,4% do orçamento previsto para redução da população de rua nos últimos 2 anos](#) (G1, 2021)

Cabe ressaltar, nesse sentido, que Bruno Covas optou por não vincular a Política Municipal para a População em Situação de Rua aos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Tal vinculação era prevista pelo Projeto de Lei 145/2018, aprovado pela Câmara Municipal. Além desse prejuízo ao texto que deu origem à Lei 17.252 de 2019, Covas também vetou o artigo que proibia a subtração, inutilização, destruição e apreensão de pertences de pessoas em situação de rua nas ações de zeladoria urbana nos espaços públicos¹³.

Não surpreende: a gestão de Covas tem promovido diversas ações truculentas contra a população em situação de rua, confiscando, ilegalmente, documentos, cobertores, colchonetes e pertences pessoais em geral¹⁴. Nesse contexto, as pedras recentemente instaladas sob viadutos na Zona Leste da cidade¹⁵ são mais uma prova de que a população em situação de rua não só é negligenciada, como ativamente atacada pela gestão municipal. Removidas depois de grande mobilização e repercussão midiática, é fato que não são um caso isolado: pedras, gradeados e bancos irregulares compõem um urbanismo excludente que segrega pessoas em situação de rua em diversos pontos da cidade.

Vale ressaltar que dentre as poucas propostas concretas apresentadas por Bruno Covas em seu programa de governo na última eleição, há o compromisso de triplicar o total de vagas em repúblicas, no modelo autogestionado, para atender a pessoas em situação de rua¹⁶. No entanto, em seu mandato anterior, meta semelhante já existia e não foi cumprida: Covas havia se comprometido a criar 2 mil vagas em repúblicas até 2020, mas criou apenas 80, de acordo com levantamento da Agência Pública¹⁷.

Políticas públicas adequadas para população em situação de rua são urgentes, e elas só podem ser desenvolvidas a partir de processos de diálogo com estas pessoas e com as organizações e movimentos comprometidos com esta luta histórica. Nesse sentido, é

¹³ [LEI Nº 17.252 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 - Razões de veto](#) (Prefeitura, 2019)

¹⁴ [Covas manda recolher colchões e barracas de moradores de rua](#) (Catraca Livre, 2021)

¹⁵ [Gestão Covas instala pedras sob viadutos na Zona Leste de SP](#) (G1, 2021)

¹⁶ [Diretrizes do Plano de Governo 2020](#) (Covas, 2020)

¹⁷ [Prefeitura SP: veja quais das 71 metas Bruno Covas cumpriu em seu 1º mandato](#) (Agência Lupa, 2021)

preciso valorizar o Comitê Intersectorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua e tornar realidade as disposições da Lei 17.252 de 2019.

Nosso Gabinete Paralelo está empenhado em fiscalizar as ações da Prefeitura nesta temática e em formular propostas de políticas multidimensionais que atendam às demandas da população em situação de rua, as quais incluem, dentre outras, reivindicações por serviços de saúde; espaços de moradia com autonomia e acompanhamento interdisciplinar; oportunidades de renda e trabalho; estações de higiene e maleiros públicos; educação e capacitação profissional; produção de dados e transparência; e garantia do direito à mobilidade - o que inclui a gratuidade nos transportes antes garantida às pessoas idosas.

2. Segurança Pública

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) foi criada pela Lei Municipal nº 13.396 em 2002 e atualmente possui um orçamento anual de mais de R\$722 milhões. Desde o início do ano a pasta é liderada por Elza Paulina de Souza, que desde 2019 chefiava a Guarda Civil Metropolitana (GCM). A indicação sinaliza na direção oposta da promoção da GCM como um instrumento de segurança cidadã: sob a chefia de Elza de Souza, observou-se ausência de valorização de cargos e salários da GCM, falta de equipamentos de proteção individual¹⁸, escassez de combustível para as viaturas da guarda¹⁹, e ações racistas e truculentas²⁰ contra a população em situação de rua em plena pandemia.

O programa de governo registrado por Bruno Covas para a disputa eleitoral de 2020 também confirma a escolha do PSDB por um modelo de segurança pública violento e falho. Dentre as poucas propostas concretas apresentadas pelo prefeito, está a expansão do “Programa City Câmeras”, através do qual câmeras de imóveis residenciais e comerciais compartilham em tempo real imagens em uma plataforma digital de

¹⁸ [Prefeitura de SP abre processo para comprar espadas para guardas municipais](#) (CNN, 2021)

¹⁹ [Viaturas da GCM ficam sem combustível em São Paulo, diz sindicato](#) (UOL, 2020)

²⁰ [Zeladoria ilegal de Covas “varre” pertences de moradores em situação de rua](#) (Jornalistas Livres, 2020)

monitoramento cedida pela iniciativa privada. Além de promover vigilância e controle de pessoas que não estão sob investigação, não há mecanismos de transparência e controle sobre o processamento destes dados, sendo grandes os riscos à privacidade da população e flagrante o descompasso com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Em seu programa, Covas também promete triplicar o número de aparelhos de vigilância supostamente utilizados para o monitoramento de áreas de difícil acesso do “Programa DronePol”. Este programa, amparado por doações de equipamentos e treinamento de empresas, é utilizado no monitoramento diário da região da Luz conhecida como Cracolândia²¹, evidenciando-se que enquanto pessoas em situação de rua e usuários de drogas não encontram políticas públicas que promovam o acesso à saúde, moradia, assistência social, renda e emprego, o aparato repressivo do município não falha em garantir sua exclusão espacial e vigilância à distância.

Do mesmo modo, sem qualquer debate com a sociedade civil, Covas também promete instalar mais de 12 mil equipamentos para vigilância nas escolas da rede municipal, promovendo um questionável monitoramento da comunidade escolar. Todas estas iniciativas apontam em direção a uma aposta perigosa em tecnologias de reconhecimento facial e vigilância, ignorando-se as limitações destas estratégias e o acirramento do racismo²².

2.1 Guarda Civil Metropolitana – GCM

A política de segurança pública truculenta e ineficaz que o PSDB impõe à cidade de São Paulo é parte de um projeto mais amplo que as gestões do partido desenvolvem há anos na esfera estadual. Buscando a militarização total da atividade policial, este projeto avança tanto através do inchaço da Polícia Militar, quanto pelo sucateamento das demais forças policiais e de segurança. No âmbito estadual, falta estrutura à Polícia Civil, a qual enfrenta um déficit de mais de 13 mil policiais²³.

²¹ [Doria anuncia “Dronepol”, a “polícia com drones”, para supervisionar a cracolândia](#) (Jovem Pan, 2017)

²² [Maioria dos presos por reconhecimento facial são negros](#) (The Intercept, 2019)

²³ [Defasômetro](#) (Sindpesp, 2021)

Na cidade de São Paulo, a situação da GCM é ainda pior. Com cerca de apenas 6 mil guardas, número muito abaixo dos 24 mil determinados pelo Estatuto Geral das Guardas²⁴, a GCM sofre com o envelhecimento de seu efetivo. As condições de trabalho denunciam o projeto de sucateamento promovido pela Prefeitura: conforme ressaltado anteriormente, em novembro de 2020, as viaturas da guarda sequer puderam circular pela cidade por falta de combustível.

Enquanto isso, a PM tem sido empregada cada vez mais nas atividades municipais. Em 2020, os gastos da Prefeitura previstos com as Operações Delegadas, que pagam um adicional aos PMs para que estes realizem atividades de policiamento na cidade, chegaram a R\$ 43 milhões²⁵. Estes recursos poderiam ter sido revertidos para contratações e valorização da própria GCM, corrigindo-se a péssima remuneração do efetivo da Guarda, reduzindo-se jornadas exaustivas de trabalho extraordinário nas folgas, e garantindo-se condições adequadas de trabalho, inclusive através da criação de programas voltados à saúde mental e formação em direitos humanos.

No entanto, as gestões municipais do PSDB têm optado por distanciar a GCM cada vez mais e seu objetivo originário de policiamento comunitário, e contratos com empresas privadas têm substituído a Guarda em escolas públicas, unidades de saúde e parques.

As ordens de Bruno Covas têm focado o trabalho da Guarda em ações que pouco se relacionam com a segurança pública, como no caso dos já mencionados ataques contra a população em situação de rua. O mesmo ocorre no emprego da GCM em ações inadequadas de repressão a usuários de drogas: enquanto programas de redução de danos são desmontados, apenas as bombas de gás e balas de borracha utilizadas em cada operação conjunta da GCM e da PM na Cracolândia chegam a custar até R\$14 mil²⁶.

²⁴ [Gestão Doria estuda fechar bases da Guarda Civil Metropolitana](#) (Rede Brasil Atual, 2017)

²⁵ [Proposta Orçamentária para 2020 da Prefeitura de São Paulo prevê aumento de 34,4% nos investimentos na cidade](#) (Prefeitura, 2019)

²⁶ [PM de SP chega a gastar mais de R\\$ 14 mil em munição a cada ação na Cracolândia](#) (Ponte, 2018)

As ordens de Bruno Covas têm focado o trabalho da Guarda em ações que pouco se relacionam com a segurança pública, como no caso dos já mencionados ataques contra a população em situação de rua. O mesmo ocorre no emprego da GCM em ações inadequadas de repressão a usuários de drogas: enquanto programas de redução de danos são desmontados, o número de ações da GCM na Cracolândia cresceu em 50% em 2020, com um alarmante aumento de 475% na quantidade de balas de borracha utilizadas pela Guarda na região da Luz nos últimos dois anos²⁷

O trabalho da GCM também tem sido utilizado de modo inadequado como apoio à PM nas Operações Pancadão, as quais muitas vezes empregam força policial de forma truculenta para encerrar eventos nas periferias da cidade. Além disso, a GCM também tem sido empregada no auxílio à Operação Comércio Legal, deixando-se de lado o necessário esforço municipal para a regularização de comerciantes para dar lugar à repressão e criminalização de ambulantes e camelôs em lamentáveis cenas de truculência nos chamados “rapas”.

Nosso Gabinete Paralelo acredita que a GCM deve ser uma alternativa ao policiamento militarizado ostensivo que tem falhado em promover a segurança em nossa cidade. Nesse sentido, é fundamental promover a transparência e a participação social e qualificar os quadros da Guarda com formações continuadas voltadas à proteção dos direitos humanos, às práticas comunitárias e à mediação de conflitos. É urgente criar Rondas Cidadãs de caráter preventivo e comunitário, e redirecionar o uso e as funções da GCM, começando pela ampliação da Patrulha Guardiã Maria da Penha e pela atuação da Guarda na segurança escolar, dentro de um programa amplo, interdisciplinar e comunitário.

²⁷ [Sob Covas, uso de balas de borracha pela GCM na Luz \(SP\) cresce 475% em dois anos](#) (Ponte, 2020)

Gabinete Paralelo

Guilherme Boulos

Equipe Técnica

Almir Valente Felitte

Ariadne Natal

Camila de Caso

Deise Benedito

Érica Meireles de Oliveira

Gabriel Medina

Jonas Tabacof Wask

Lucas Barbosa

Marco Antonio Rocha

Marina Mattar

Pedro Charbel

Raquel Rachid

Renan Quinalha